

O relatório destaca, por exemplo, que de 15 políticas analisadas, 87% apresentaram falhas no processo de seleção dos beneficiários e na destinação da política; e de 13 políticas avaliadas, 62% não foram precedidas de um adequado levantamento de demanda ou diagnóstico do problema. Além disso, de 13 políticas examinadas, 46% desconheciam, de forma clara, o problema que pretendiam enfrentar.

Elaborado em atendimento ao artigo 124 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2019, o RePP 2018 foi encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para subsidiar o Congresso Nacional na discussão do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA).

Relatório sistêmico aponta principais entraves para a Transparência



Apesar dos constantes esforços para aumentar a transparência na Administração, muitos entraves ainda se colocam para o cidadão que busca informações em órgãos e instituições públicas. Mas quais são esses entraves?

De acordo com o Relatório Sistêmico sobre Transparência Pública (FiscTransparência) produzido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) as causas mais comuns para a falta de transparência estão relacionadas a falhas nos arranjos internos de governança das organizações públicas e na interpretação da legislação. Da mesma forma, também se destacam a baixa capacidade



dos órgãos e entidades públicas para manejar corretamente as normas e instrumentos de classificação de documentos quanto ao sigilo, e a ainda frágil cultura de dados abertos.

O FiscTransparência é uma consolidação de 45 acórdãos de fiscalizações do TCU realizadas sobre com base em três eixos norteadores: gestão das finanças públicas, transparência na atividade das organizações governamentais e transparência nos indicadores de desempenho e de resultados.

A partir da conexão entre os temas e seus trabalhos correspondentes, o o FiscTransparência permite a identificação sistêmica de aspectos institucionais que propiciam maior *accountability*. A publicação, disponível no Portal TCU (tcu.gov.br), também lista boas práticas que devem ser compartilhadas e disseminadas para toda a administração pública.